

CAPÍTULO IX

AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO RELATIVO E O PROBLEMA DA PAZ

NESTE CAPÍTULO deixamos o mundo relativamente seguro da História para examinar as conseqüências para o futuro da marcha para frente dos juroz compostos nas várias partes do mundo, quando combinada com um fato não de todo dela desligado, qual seja a existência de armas modernas de destruição em massa. Tendo definido, em função das etapas de desenvolvimento, onde as nações se encontram e para onde se afigura estarem indo, passaremos a sugerir, resumidamente e *grosso modo*, como poderíamos buscar resolver o nosso grande problema comum — o problema de uma paz razoavelmente estável e segura.

*A Revolução no Armamento*

Vejamos primeiro as armas e o que elas têm feito e estão fazendo na arena mundial de força.

Há uma história de certa comunidade de pretos norte-americanos, estabelecida em uma área agrícola do Sul, que estava sendo castigada pela seca. Afinal, sob a direção do pastor, todos apelaram para a oração. Durante certo tempo rezaram, porém o sol continuou a fulgir com brilhante crueldade: as hastes de milho se retorciam e começavam a murchar nas orlas; as gretas multiplicavam-se no solo. Af, finalmente, choveu. A princípio, maravilharam-se ante o milagre e mostraram-se agradecidos. Mas quando a chuva continuou, dia e noite, começando a carregar os vegetais enfezados, o povo foi ficando inquieto. Por fim, o

pastor, sentindo uma responsabilidade especial, retomou o monólogo: "Senhor, sofremos com a seca; rezamos, pedimos chuva. Mas o que nos destes é absolutamente ridículo."

Para os Estados Unidos e seus aliados da Segunda Guerra Mundial, assombrados desde 1939 pela firme convicção de que alhures na Alemanha havia todas as bases científicas para armas atômicas, a obtenção comum das primeiras armas atômicas foi, deveras, providencial. Todavia, essa ampliação da capacidade humana para manipular seu ambiente — a última palavra em realização militar do ponto de vista de Newton, realizada por físicos não-newtonianos — produziu uma situação militar que é, por sua vez, absolutamente ridícula.

Por um lado, a União Soviética, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha têm em suas mãos — e em breve a França e outros também terão nas suas — instrumentos que ultrapassam de longe tudo o que jamais existiu em potencial destrutivo; mas sua utilização, agora que o monopólio foi rompido, apresenta o risco de criar circunstâncias explosivas, se não uma reação direta, que destruirão quem as usar e todos nós.

Numa acepção técnica, o que ocorreu é que a proporcionalidade entre potencial industrial e força militar utilizável — uma proporcionalidade que existiu durante cerca de século e meio — foi agora violada. As possibilidades de destruição através da ciência e da tecnologia têm crescido em ritmo acelerado, mas a superfície da Terra é fixa e pode ser lançada pelos ares. As forças de destruição, assim, passaram para a área da produtividade marginal decrescente — quando não produtividade negativa. É verdade que as Grandes Potências, ou aqueles que exercem certa influência no silencioso jogo de xadrez da corrida pelas armas atômicas, continuam a concentrar recursos imensos, inclusa uma grande proporção de seus talentos criadores que são o que há de mais escasso, na produção de armas, meios de lançamento e meios de defesa. Todavia, as circunstâncias em que essas armas podem ser racionalmente utilizadas se tornam progressivamente mais reduzidas. Com efeito, à medida que se amplia o número de potências que apenas possuem as armas — medida que passamos do duopólio para o oligopólio nuclear — a incerteza e o perigo decorrentes de sua própria existência aumentam, sem se falar no perigo de sua utilização.

Evidentemente, a dianteira alcançada por qualquer potência suficientemente grande para destruir a capacidade retaliatória de todas as demais com um único golpe tornaria o domínio do mundo — se é que valha a pena — um possível objetivo a curto prazo, se aquela potência quisesse aceitar o risco, perante Deus e os homens, de iniciar um ataque desses (denominado antissepticamente, na literatura militar, um ataque pré-vácuo).<sup>1</sup> Bastantes esforços e recursos estão sendo agora empenhados no mundo ocidental para evitar que essa terrível tentação se ofereça a Moscou. E tal empreendimento é inteiramente justificado: a meu ver, ainda não é suficientemente grande.

Além da lógica da dissuasão, entretanto, pode até parecer que o homem tenha sido vítima de uma "peça" cósmica: ele pôde criar armas que concentram um poder imenso nas mãos de poucas sociedades tecnologicamente adultas, porém o efeito líquido disso foi antes reduzir do que aumentar a capacidade daquelas sociedades favorecidas para aplicar racionalmente a força militar.

Quaisquer que sejam a natureza e a origem do paradoxo, o fato indubitável é que as políticas militar e exterior das principais potências estão agora sendo dirigidas em dois planos distintos e tênueamente ligados: um, o de dissuasão mútua — de frustração mútua com armas de efeitos maciços; o outro, o plano mais flexível da diplomacia, política econômica e armas convencionais de qualidade inferior, em que se processam os principais acontecimentos do mundo.<sup>2</sup> Neste embate mais brando, as grandes

<sup>1</sup> A rigor, um ataque pré-vácuo segundo a literatura militar soviética, por exemplo, só deve ser efetuado quando se julgar que o outro lado está-se preparando para iniciar uma guerra geral, mas ainda não desfechou seu golpe inicial. Porém, com duas potências empenhadas nas possibilidades de desencadear um ataque pré-vácuo, as possibilidades de tensão subindo em espiral conduzirem ao início de uma guerra são assaz evidentes. Outrossim, os preparativos para o ataque pré-vácuo também serviriam para um ataque desencadeado por Moscou quando convencida de que seu avanço em armas, meios de lançamento e meios de defesa seja suficientemente grande para justificar racionalmente a iniciativa de um golpe decisivo.

<sup>2</sup> Os dois planos de atividades acham-se vinculados pelo processo de chantagem nuclear, em que a ameaça de ataque nuclear é lembrada para fortalecer uma jogada em que são aplicadas armas mais suaves; por exemplo, as ameaças soviéticas a propósito de Suez, do Líbano e de Berlim, nas sucessivas crises entre 1956 e 1959.

potências agem cada vez mais com maior contenção em face das outras cujo potencial militar de forma alguma se aproxima do delas.

Pondo de lado a corrida armamentista entre os gigantes industriais — que enche nossas mentes com imagens de um mundo bipolar ou escassamente oligopolista — o fato é que o poder eficaz se tem difundido rapidamente a partir de 1945. O paradoxo das armas atômicas permitiu às potências secundárias barganhar uma liberdade que não alcançariam se a força militar não houvesse dado um saldo tecnológico tão violento e descontínuo.

Tito principiou a exploração deste paradoxo, em certo sentido, com seu bem sucedido desafio a Stalin em 1948; mas, de diferentes maneiras e por causas diferentes, Nehru, Nasser, Ben-Gurion, Adenauer e muitos outros descobriram modos de explorar esse paradoxo dentro do mundo não-comunista; e Mao e Gomulka, assim como Tito, fizeram-no no âmbito do mundo comunista. A potência menor nem sempre pode sair-se bem, como os jovens húngaros de Budapeste constataram em outubro e novembro de 1956, porém eles não foram derrotados com armas atômicas. Foram-no por uma ação policial, pelo tipo mais grosseiro de combate de infantaria e carros de assalto, numa vitória pela qual Moscou pagou alto preço na outra área de sua contenda, isto é, na porfia não-militar da diplomacia e da ideologia.

Em resumo, as sociedades ainda no período das condições, como o Egito, ou nos primeiros passos do arranco, como a Índia, a China e a Iugoslávia, foram capazes de conduzir-se na diplomacia mundial numa gama significativa de problemas — não em todos, mas numa gama significativa — como se fossem equivalentes às grandes potências. Isso se deveu ao caráter paradoxal das novas armas e à difusão do poder efetivo que acarretaram, no ambiente de impasse nuclear.

### *A Difusão do Poder a Longo Prazo*

O que podemos observar neste último decênio pressagia uma tendência a longo prazo; pois, mediatamente, a difusão do poder

adquirirá base mais firme ainda que o impacto paradoxal do novel armamento.

Exatamente como a marcha para a frente das etapas do desenvolvimento na segunda metade do século XIX moldou a arena mundial da primeira metade do século XX — trazendo para essa arena o Japão, a Rússia, a Alemanha, a França e os Estados Unidos como grandes potências — também as mudanças sucessivas, atuando há muito tempo e adquirindo ímpeto a partir de 1945, estão configurando uma arena mundial um tanto diversa que agora vai nascendo.

O fato central acerca do futuro do poder mundial é a aceleração das condições ou os prolegômenos do arranco na metade meridional do mundo: Sueste da Ásia, Oriente Médio, África e América Latina. Ademais, importantes áreas da Europa oriental (notadamente Iugoslávia e Polônia) e, está claro, a China se estão consolidando à proporção que se processam os respectivos arranços; embora ainda permaneçam vulneráveis à conquista e à ocupação militares (como, digamos, a adulta Dinamarca), já perderam ou estão perdendo seu antigo caráter compressível como sociedades em canhestra transição do *status* tradicional para o *status* moderno de desenvolvimento sistemático. A arena em que foram travadas as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, assim como a primeira fase da Guerra Fria, já não existe.

Mais precisamente, principiaram os arrancos da China e da Índia. O Paquistão, o Egito, o Iraque, a Indonésia e outros Estados provavelmente não ficaram para trás nesse processo mais que um decênio — ou pelo menos não muito mais que isso, dadas as intensas pressões para modernizar que hoje agem dentro das respectivas sociedades. Quanto à América Latina, o arranco se realizou em dois casos principais (México e Argentina) e está em marcha noutros, como, por exemplo, o Brasil e a Venezuela.

Em resumo, olhando-se para daqui a sessenta anos podemos dizer com razoável dose de confiança que o mundo conterà muitas novas nações que alcançaram sua maturidade. Talvez não sejam elas ricas em termos de consumo *per capita*; talvez não estejam preparadas, ao fim deste século, para mergulharem na era do consumo em massa — terão, porém, capacidade para aplicar a seus recursos as possibilidades totais da ciência e tecnologia da época.

Para tornar esta idéia ainda mais acurada e concreta, é bastante seguro predizer-se que, no ano 2000 ou 2010 — que não está assim tão longe — a Índia e a China, com aproximadamente dois bilhões de almas em conjunto, serão, em certo sentido, potências adultas. Talvez não estejam prontas para a era do automóvel para as massas, e não há absolutamente certeza de que então o comunismo esteja imperando na China e a democracia na Índia. Ambas enfrentarão muitas opções difíceis e vicissitudes nos anos e decênios vindouros. Mas é bem claro que os juros compostos foram introduzidos nessas duas sociedades gigantescas, e três gerações de um ambiente de desenvolvimento devem produzir o amadurecimento — quiçá menos que isso, se a China mantiver o recrutamento forçado e solucionar o problema alimentar.

Os juros compostos, por certo, continuarão a se fazer sentir nas sociedades que já atingiram ou ultrapassaram a maturidade. Seus produtos nacionais brutos quase que certamente aumentarão — a menos que se decidam radicalmente pelo ócio — e sua virtuosidade em armamento moderno crescerá, se prosseguir a corrida armamentista. Contudo, enquanto se mantiver o impasse militar, esse processo pouco tenderá a acrescentar à sua capacidade para utilizar racionalmente a força militar. Entrementes, salvo se for adotado um eficiente sistema de controle de armamentos, as potências mais novas provavelmente adquirirão, duma forma ou de outra, suficientes armas atômicas para ingressar, complicando-o, no jogo de xadrez da corrida armamentista, se não para dominá-lo. Dentro dos limites impostos por essa corrida, estarão elas em condições de afirmar seus interesses com eficácia crescente.

É verdade que pode surgir certo incremento na utilização racional da força, à medida que as possibilidades de guerra limitada aumentarem e os antagonistas penetrarem a senda das regras do direito comum que permitem certos embates sem que estes se convertam numa indesejável troca de ataques nucleares desenfreados. Mas enquanto cada um dos lados for julgado capaz de escudar-se numa capacidade substancial de lançamento de armas contra um ataque nuclear decisivo, o uso da força pelas principais potências industriais provavelmente permanecerá racional apenas por pequena margem. E, além das exigências da política

de segurança, o grosso do incremento da produção tenderá a ser canalizado para o consumo, mesmo nos Estados atualmente comunistas.

Assim, a perspectiva mais provável — eliminando tanto a guerra generalizada quanto a organização de um sistema eficaz de controle de armas — é dos Estados industriais mais novos diminuírem o hiato entre suas possibilidades militares e as das atuais potências industriais.

O fato básico a que todas as nações devem presumivelmente acomodar suas orientações oficiais, pois, é a probabilidade de que a arena de forças se ampliará para tornar-se, pela primeira vez na História, verdadeiramente global, e que os centros de força efetiva dentro dela aumentarão. A imagem de um mundo bipolar, em que todos salvo Washington e Moscou são espectadores, agora é inexata e se tornará cada vez mais inexata com o passar do tempo. Embora ainda nas garras de uma corrida armamentista essencialmente bipolar, estamos, com efeito, aproximando-nos de uma era de poder difuso, em que a imagem da hegemonia euro-asiática — assustadora e sedutora — perderá sua realidade, e o domínio do mundo se tornará um objetivo cada vez mais utópico — admitindo-se, sempre, que se conserve o impasse nuclear.

### O Problema da Paz

Este é o ambiente em que enfrentamos o problema da paz. Tecnicamente, o problema consiste na instauração de um sistema de controle e inspeção de armas dentro de um acordo sobre o nível do armamento, que ofereça a todas as potências maior segurança do que aquela hoje proporcionada por uma corrida armamentista de dissuasão mútua. Dadas a natureza das armas modernas e as oportunidades para seu ocultamento, isso por sua vez impõe que todas as sociedades sejam franqueadas a inspetores que tenham, com efeito, privilégios como os dos inspetores de bancos: isto é, poderem ir a qualquer parte, a qualquer hora, sem aviso prévio.

A presença de um quadro de inspetores assim informados e móveis (apoiados por vigilância aérea mútua e livre) não poderá garantir de forma absoluta que nenhuma arma atômica seja guar-

dada em desacordo com o combinado; não poderá garantir de forma absoluta que não se possa montar um ataque de surpresa; contudo, poderá gerar uma situação imensamente menos perigosa do que aquela em que vivemos agora quotidianamente.

Além disso, a despeito de dúvidas e de cuidados honestos e justificados, os governos dos Estados Unidos — e do Ocidente como um todo — aceitariam uma alteração assim drástica da soberania nacional, caso estivessem convencidos de que os direitos de inspeção dentro do bloco comunista fossem concedidos de boa fé.

Finalmente, está bastante claro que se a política soviética fosse orientada exclusivamente por critérios de interesse nacional análogos aos que governam a dos Estados Unidos e do Ocidente, um acordo desses poderia ser celebrado desde já.

### O Interesse Nacional Russo

Por que razões nacionais a Rússia iria agora aderir a um sistema eficaz de controle de armas?

Havendo fracassado na oferta que fez imediatamente após a guerra, no sentido de converter as confusões da Europa e da Ásia numa imediata hegemonia euro-asiática para o comunismo dominado por Moscou, e pondo de lado a hipótese de um súbito ataque nuclear coroado de êxito — baseado na obtenção de possibilidades técnicas radicalmente superiores — qual é a perspectiva para a Rússia? A perspectiva para a Rússia é ver vastas nações novas, que ela não possa controlar, ingressarem na arena mundial. Outrossim, à medida que as possibilidades das armas atômicas se disseminam, essas novas nações ficarão em condições de realizar ações que poderão precipitar uma guerra desastrosa para os interesses russos. O interesse básico nacional da Rússia, com respeito tanto às novas armas quanto à maioria das novas nações, é um interesse defensivo, essencialmente similar ao dos Estados Unidos, da Europa ocidental e do Japão.

A grande opção acessível à Rússia, neste momento da História, quando ela compartilha o *status* de Grande Potência nuclear com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, entre as nações mais antigas do Norte, é criar um sistema eficaz de controle de

armas, bem como concentrar seus esforços, junto com os dos outros, para fazer esse sistema funcionar. O objetivo comum seria o de tornar o sistema de controle de armas tão firme e seguro nas décadas vindouras, que, quando estas novas nações gigantescas — a China e as do Sul — atingirem a maturidade, venham a ingressar em um mundo de política ordenada em vez de em um outro onde persista a luta de forças ainda empunhando armas de destruição em massa numa de suas guerras. Em face da difusão de poder que está sendo provocada por uma nova série de arrancos, o interesse nacional russo aproxima-se cada vez mais dos Estados Unidos e do Ocidente. A antiga porfia euro-asiática, baseada na vulnerabilidade da Europa oriental e da China a intrusões durante seu período de precondições, é coisa do passado.

É evidente que certa percepção deste problema já existe em Moscou. Certamente está por trás do destaque dado à campanha contra as experiências com bombas de hidrogênio, que sustariam, com efeito, as possibilidades das armas atômicas no ponto em que se encontram, aproximadamente. Esta abordagem, porém, não é sustentável, a menos que seja em breve seguida pela verdadeira solução: um eficaz sistema internacional de controle de armas. Por outras palavras, as potências mais novas (a China, por exemplo) e algumas das mais antigas (França, Alemanha e Japão — e até a Suécia e a Suíça) provavelmente não permitirão que as possibilidades de armamento se limitem aos Três Grandes, enquanto a Guerra Fria prossegue nas antigas condições, simplesmente sem provas nucleares.

Em suma, não é uma decisão realista conceber um mundo que se prolongue com duas ou três potências atômicas restando as demais, porém continuando na competição da Guerra Fria; tampouco é realista a de conceber um mundo controlado por Washington, Moscou, ou ambos. As atuais Grandes Potências, entretanto, dispõem de uma solução realista: consiste ela em estabelecer as condições e o ambiente dentro dos quais a força se difundirá, à medida que novas nações forem arrancando e marcharem para a maturidade — esse, porém, é o limite histórico de sua capacidade, exceto, está claro, o de fazer o mundo inteiro voar pelos ares.

A difusão do poder talvez se torne relativamente segura ou muito perigosa; contudo, não pode ser evitada. O processo do

crescimento e as etapas em que várias nações agora se encontram eliminam igualmente a idéia de um século norte-americano, um século alemão, um século japonês ou um século russo.

A política racional para uma Rússia nacionalista seria, pois, aproveitar este momento de opção para juntar-se aos Estados Unidos e imporem-se mutuamente, assim como ao mundo, a única coisa que este aceitaria das duas Grandes Potências: isto é, um eficaz sistema internacional de controle de armamentos.

Talvez hajam sido considerações desta ordem que moldaram a peroração do Presidente Eisenhower, quando ele falou — evidentemente dirigindo-se a Moscou — na Assembléia das Nações Unidas, durante o debate sobre o Oriente Médio, a 13 de agosto de 1958, da forma seguinte:

Ao contemplar esta Assembléia, em que muitos são representantes de nações novas, uma idéia domina meu pensamento. O mundo que está sendo remodelado em nosso planeta virá a ser um mundo de muitas nações amadurecidas. A medida que uma após outra dessas nações transponha a difícil transição para a modernização e aprenda os processos do desenvolvimento, novos níveis de prosperidade e produtividade emergirão desse labor.

Este mundo de nações dotadas de individualidade própria não será controlado por nenhuma potência ou grupo de potências. Não se comprometerá com nenhuma ideologia. Peço acreditem-me quando afirmo que o sonho de domínio do mundo por uma potência qualquer, ou de conformismo mundial, é um sonho impossível. A natureza das armas de hoje e dos meios modernos de comunicação, a par do círculo cada vez mais dilatado de nações novas, torna claro que teremos de ser, no fim, uma comunidade mundial de sociedades abertas. E a concepção de sociedade aberta é a chave para um sistema de controle de armas em que todos possamos confiar.

#### *O Problema de Aceitação por Parte de Moscou*

Contudo, a aceitação de uma proposta dessa natureza significa que Moscou teria de abandonar a noção de domínio mundial e aceitar um *status* explícito de Estado-nação importante e responsável em um mundo de poderosos Estados-nações, em que todos estes renunciaram, em grande parte, a matar outros povos na consecução dos respectivos interesses nacionais.

É extremamente difícil para Moscou agir baseado nesta compreensão da difusão do poder — que provavelmente se está alas-

trando entre os russos — porque em dois aspectos fundamentais a política soviética não é determinada por critérios convencionais do interesse nacional.

Primeiro, o governo soviético externamente está comprometido a esforçar-se por atingir a meta da hegemonia mundial do comunismo. Com efeito, desde pouco depois da Revolução de Novembro, isso tem sido interpretado em termos operacionais como uma tentativa para maximizar o poder efetivo exercido por Moscou, antes que em termos simplesmente ideológicos. Tito não foi o primeiro comunista a descobrir que ao surgir um choque entre o grau de poder exercido por Moscou e a disseminação do comunismo como ideologia, Moscou optaria pelo primeiro.

Por outras palavras, se o problema fosse meramente o empenho de Moscou pelo comunismo, não seria muito difícil resolvê-lo por uma aceitação *de facto* do *status* nacional para a União Soviética, acompanhada do culto da retórica que impregnava a antiga religião do domínio mundial. A retórica de uma nação pode perdurar por longo tempo, como uma melodia conhecida, confortadora, que soa ao fundo, após ela ter perdido qualquer referência com a realidade.

É a segunda dimensão do problema, a interna, que o torna tão difícil e sério para a Rússia e para o mundo. Pois a aceitação do *status* nacional convencional, dentro de um sistema eficaz de controle de armas, não exigiria apenas uma mudança na relação da Rússia com o mundo, como também mudanças básicas e revolucionárias na relação do Estado russo com as populações russas.

Durante quarenta anos tem sido dito aos homens da Rússia que leis imutáveis da História decretam que o mundo externo é implacavelmente hostil e há de acabar por ser conquistado; que esta contenda iniludível exige verbas extraordinariamente elevadas para fins de investimento e militares, além de justificar e impor alto grau de controle da polícia secreta dentro da União Soviética. Sobre essas três proposições — hostilidade externa, controle interno pelo Estado policial, e austeridade — se baseou toda a política soviética durante duas gerações e igualmente as instituições do Estado soviético e a economia política soviética. Todas desmoronariam se um eficaz sistema de controle de armas viesse a instalar-se dentro do bloco soviético.

Por que ocorrerá isso? Porque um sistema eficaz de controle de armas criaria, deveras, uma sociedade aberta na Rússia. Como poderia o Estado policial — cujo fundamento lógico até hoje repousa na hipótese da existência de estrangeiros espíões e sabotadores — como poderia o Estado policial justificar-se quando as populações russas fossem informadas de que a segurança russa se apoiava num intercâmbio de homens com privilégios de inspetores bancários, e a qualquer hora aparecessem ocidentais, em qualquer lugar da Rússia, sem aviso prévio às autoridades russas? E como poderia a Rússia evitar a era dos bens duráveis de consumo e dos serviços, se algo como 20% do PNB — que agora entram no orçamento militar soviético — fossem liberados para despesas civis? Resumindo: seriam violentadas as razões para a hostilidade, a polícia secreta e a austeridade e tornar-se-iam avassaladoras as razões em prol da democracia e do bem-estar, caso fosse instaurado um sistema eficaz de controle internacional de armas.

É este conjunto de conseqüências revolucionárias convergentes, para o domínio interno dos soviets, que torna tão difícil o problema da paz. Se as elasticidades da procura dos preços e da renda na Rússia se mostrarem análogas às da Europa ocidental e dos Estados Unidos, está claro que a sociedade aberta e a era do consumo em massa, implícitas no controle eficaz de armamentos, exigiriam revisões drásticas nas concepções e instituições da União Soviética, de um gênero tal que os políticos buscarão evitá-las a duras penas.

No momento, a União Soviética é uma sociedade tecnicamente pronta para a era do consumo em massa; está estruturalmente pronta em termos de educação e aptidões de sua força de trabalho; está psicologicamente pronta e ansiosa, conforme o demonstra a literatura, a política e, de fato, até as tendências da economia soviética, em que a procura de habitações e de bens duráveis de consumo está começando a afirmar-se. O regime, entretanto, debate-se para sustentar a represa, para controlar o grosso do incremento da renda anual, destinando-o a fins militares e de investimento.

Em função das etapas do desenvolvimento, a Rússia é uma nação procurando converter sua maturidade em primazia mundial, adiando ou sufocando o advento da era do consumo em

massa. Mas o está fazendo não porque sejam excelentes as perspectivas de uma vitória temporária sobre o Ocidente; não porque a segurança russa não pudesse ser garantida de forma mais barata e eficiente; não porque seja do interesse nacional russo prosseguir na corrida armamentista — pois dá-se o contrário — mas porque o comunismo é uma forma curiosa de sociedade moderna unicamente apropriada ao aspecto da oferta do problema desenvolvimentista: talvez para o arranco, conquanto isso esteja ainda por ser provado, haja vista as dificuldades inerentes do comunismo na agricultura; mas por certo pode impelir uma sociedade desde o arranco para a maturidade industrial — como Stalin o demonstrou — uma vez que seus controles sejam impostos àquela sociedade. Em sua essência, contudo, o comunismo provavelmente definhará na era do consumo em massa; e isso, quase certamente, é muito bem entendido em Moscou.

### *O Grande Ato de Persuasão*

Como, então, conseguiremos persuadir os russos a enfrentar o fato da difusão do poder no cenário mundial; a aceitar as consequências da paz e a era do grande consumo, de maneira que eles possam progredir juntamente com o resto da humanidade na lida para encontrar novas fronteiras pacíficas para a experiência humana? Em última análise, nós, do mundo não-comunista, temos de demonstrar três coisas.

Temos de demonstrar que não lhes permitiremos avançar muito no sentido de tornar racional uma solução militar temporária.

Temos de demonstrar que as nações subdesenvolvidas — atualmente o foco principal das esperanças comunistas — podem atravessar com êxito as condições e alcançar um arranco bem estabelecido dentro da órbita do mundo democrático, resistindo aos engodos e tentações do comunismo. Estes, creio eu, são o tópico mais importante da ordem do dia para o mundo ocidental.

E temos de demonstrar aos russos que existe uma alternativa interessante e estimulante para a Rússia no panorama mundial, fora da corrida armamentista ou da rendição incondicional.

O grande ato de persuasão, todavia, possui uma outra dimensão — e esta é a do tempo: pois este decisivo problema de metamorfose há de ser resolvido pelos próprios russos, e isso demandará tempo. O resto do mundo pode facilitar-lhes a tarefa, em vez de dificultá-la: criando um cenário que elimine a solução aparentemente barata seja da vitória militar seja da política; e, ademais, explicando de forma persuasiva para onde gostaríamos de atrair todos de modo bastante preciso para que os russos possam sobriamente ponderar as suas vantagens em comparação com o custo de um sistema de controle de armas. Mas levará tempo para os russos aceitarem e absorverem as consequências do novo mundo de poder difuso. Levará tempo para eles aceitarem que seu único destino racional é juntarem-se às grandes potências adultas do Norte num esforço comum a fim de assegurar que o amadurecimento do Sul e da China não venha a causar uma devastação no mundo como quando do advento da maturidade do Japão, da Alemanha e da própria Rússia em época anterior; pois, com armas nucleares, não há mais lugar para permitir-se o luxo, com segurança, daquele velho sentimento nacional de satisfação dos próprios apetites, para ver até que ponto se podia ir, ao atingir a maturidade, em busca do poder mundial — o esporte do Kaiser, de Hitler, dos militaristas japoneses e de Stalin.

Especificamente, é provável que a dinâmica dos Buddenbrooks se faça sentir na Rússia, uma vez que se dê tempo ao tempo e que uma vigorosa política ocidental elimine como utópicas as diretrizes de expansão soviética — quer dura, branda ou misturada. Recorde-se, caso se deseje, como Stalin criou e apoiou uma geração de técnicos modernos, para suplantar os velhos bolchevistas, cujas habilidades na dialética e na política conspiratória não mais se ajustavam à era russa do aço, das máquinas-ferramenta e dos exércitos modernos. Os quadros da década de 1930 — a segunda geração soviética — são agora, ou serão em breve, aqueles que “decidem tudo”; porém os filhos deles — admitindo como coisa natural um moderno sistema industrial — estão em busca de coisas que a sociedade amadurecida criada por Stalin não pode proporcionar. O que é que podemos notar agitando a sociedade soviética? Uma crescente afirmação do direito do indivíduo à dignidade e à vida privada; uma afir-



mação crescente da dignidade da Rússia — como nação e como cultura nacional — no panorama mundial; uma afirmação crescente da vontade de desfrutar níveis mais elevados de consumo, não em alguma época futura, mas já; uma apreciação crescente da maneira pela qual a ciência moderna transformou o problema do poder, inclusive certas máximas militares antigas e estimadas, ao mesmo tempo russas e comunistas em suas origens.

Essas tendências, impelindo a Rússia de maneira ampla nas direções do nacionalismo e do bem-estar, por certo ainda não triunfaram na sociedade ou na política soviética. Outrossim, não há razão para se acreditar que essas tendências subjacentes se afirmarão automaticamente, de modo suave e pacífico. Por outro lado, devemos ter em mente que a dinâmica das gerações dentro da sociedade soviética — e notadamente as tendências da primeira geração pós-maturidade — combinada com a difusão do poder, no cenário mundial, poderão, com o tempo, solucionar o problema da paz, se o Ocidente fizer o que lhe incumbe.

O gênero das controvérsias atuais é daqueles que, no passado, normalmente levavam à guerra; ou seja, uma aranhol de problemas tantos ligados ao poder quanto à ideologia. Via de regra os homens têm preferido agir segundo o estilo a que foram acostumados, em vez de modificar suas maneiras de pensar e de encarar o mundo. Não há razões para olhar o futuro com otimismo complacente; mas, quando combinadas com a atuação da dinâmica dos Buddenbrooks, a existência das novas armas e a série de arrancos na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina pode permitir-nos sair do atoleiro apresentando à Rússia perspectivas julgadas, no fim, como ainda mais perigosas que a aceitação da era do automóvel para as massas, a casa suburbana para cada família e a livre inspeção mútua.

O conceito das etapas do desenvolvimento, por conseguinte, deita certa luz sobre a forma do futuro e o problema da paz. Auxilia a preparar nossos espíritos — e, é de esperar-se, nossas políticas nacionais — para o mundo de poder difuso em que devemos penetrar e no qual fomos prematuramente mergulhados, até certo ponto, pelo paradoxo das novas armas. Ele auxilia a dar, *grosso modo*, uma certa dimensão temporal ao surto da China e das novas nações do hemisfério austral para a maturidade; isto é, caso se esteja de acordo em que muitas das novas

nações, à parte a África, que ainda não iniciaram seu arranco, provavelmente o farão dentro de um decênio. Lança ele certa luz sobre a natureza do difícil problema para Moscou de aceitar a difusão do poder no estrangeiro, e de aceitar internamente o primado do bem-estar e o fim do Estado policial. E auxilia a definir a área de esperança na acepção assaz técnica exposta no capítulo VII, ou seja, de que podemos ver uma possibilidade de existirem no âmbito da sociedade soviética forças capazes de optar por um equilíbrio diferente entre as três direções principais para as quais se podem voltar as capacidades de uma economia adulta: neste caso, afastando-se da busca do poder em favor de maior consumo e bem-estar humano no sentido mais amplo.

#### *Para Além da Paz*

A História e os riscos para a paz, evidentemente, não terminarão quando os soviéticos aceitarem a era dos bens duráveis de consumo, mesmo que acompanhada da aceitação de um sistema internacional de inspeção eficaz. É bem verdade que as sociedades envolvidas no processo de traduzir potencial industrial em satisfação das necessidades dos consumidores e em difusão de novos bens e serviços em base cada vez mais larga tendem a criar poderosos freios contra a agressão e uma disposição crescente para aceitar diluições da soberania a fim de preservar um *status quo* razoavelmente cômodo. Todavia, opõe-se totalmente ao espírito desta análise fazer uma simples associação mecânica desse gênero entre a paz e o consumo em massa. Esta é uma análise que apresenta, não imperativos férreos, mas escolhas franqueadas aos homens.

Ademais, há muito da História que fica para além do divisor de águas que todos estamos buscando atingir. Por exemplo, para citar duas grandes questões que ultrapassam o controle de armamentos, certamente haverá o problema das relações entre o Norte e o Sul, em uma base global, quando todas as sociedades estiverem modernizadas, e que sob muitos aspectos é um problema racial assim como haverá o problema nada simples de manter um sistema de controle de armas por longo período, uma vez estabelecido.



### *Significado da Difusão do Poder para a Europa Ocidental*

Uma palavra, agora, a respeito de um aspecto particular desta análise: a saber, suas conseqüências em relação ao papel e ao *status* presentes e futuros da Grã-Bretanha e, de fato, da Europa ocidental como um todo, na arena mundial de poder.

Em março de 1958, o *Punch* publicou um poema cuja idéia geral era esta:

*Quando a Grã-Bretanha emergiu pela primeira vez,  
No celestial comando, do mar azul,  
Difícilmente previu como a OTAN planejaria  
Submergi-la uma vez mais.*

*Acalme-se, Britânia, sob a vaga nuclear;  
Enquanto as nações muito, muito maiores fazem das suas.*<sup>3</sup>

Se o quadro traçado neste capítulo acerca das implicações para o futuro das etapas do desenvolvimento é aproximadamente exato, as deste poema — assim como o estado de ânimo nele subentendido — são excessivamente pessimistas. Naturalmente, as “nações muito, muito maiores” podem, de fato, fazer-nos voar todos pelos ares; contudo, em termos das tarefas que têm de ser executadas em um mundo de poder difuso, há bastante margem para a Grã-Bretanha e a Europa ocidental desempenharem papéis cheios de dignidade, iniciativa e responsabilidade. A corrida armamentista tende a confundir-nos quanto ao que realmente está ocorrendo e ao que é mais importante fazer-se.

Por exemplo, a Grã-Bretanha e a Europa ocidental possuem os recursos e o cabedal de assistência técnica necessários para exercer papel importante — e mesmo decisivo — no assegurar que as áreas subdesenvolvidas do mundo não-comunista atravessem as condições e o arranco sem sucumbir àquela forma peculiar e obstinada de organização social moderna denominada comunismo. E a Comunidade Britânica apresenta em sua estrutura uma base e um modelo para erguer-se a alternativa do colonialismo, desde que haja vontade e recursos. Não há razão al-

<sup>3</sup> Paul Dehn, *Punch*, 19 de março de 1958.

guma, por exemplo, para que a Grã-Bretanha não possa desviar os olhos de quinhões justos e das compras a prazo, e decidir-se, considerando como um empreendimento nacional de vulto, a converter em êxito o terceiro Plano Quinquenal da Índia, de que tão grandemente depende, no plano operacional, o futuro da Comunidade. A Europa ocidental tem relevante papel de que se desincumbir, igualmente, nos aspectos mais construtivos do grande ato de persuasão — não processo de iniciativa, comunicação e negociações com o mundo comunista. E estas nações podem até oferecer — como a Grã-Bretanha agora está fazendo — uma significativa contribuição militar para a dissuasão do recurso à guerra, tanto nuclear quanto limitada.

Não haverá, evidentemente, a volta dos impérios à moda antiga, do tipo daqueles que foram criados e construídos na era anterior a 1914. As sociedades tradicionais já avançaram demasiadamente no período das condições para tornar isso viável. Por outro lado, se nossos espíritos se libertarem da ilusão de que o poder total de algum modo mudou da Europa ocidental para Moscou e Washington; se encararmos o mundo tal como é e em que se está convertendo; se olharmos para suas possibilidades assim como para seus perigos, torna-se claro que estamos procurando criar e organizar um mundo de potências médias que, presumivelmente, compartilharão todos os artifícios da tecnologia moderna. Com efeito, é somente numa faixa muito reduzida de questões que, mesmo agora, Washington e Moscou são capazes de portar-se como algo mais que meras potências médias.

Nesta perspectiva, há muito pouco motivo para um excesso de nostalgia ou autocomiseração de parte da Europa ocidental. E há perigo para nós todos na política de uma Pequena Europa ou de uma Pequena Inglaterra que esse estado de espírito suscite, porquanto há muita coisa, da máxima importância, para a Grã-Bretanha e a Europa ocidental fazerem a fim de atingirmos o resultado que todos almejamos e que não poderá nem será alcançado se elas não o fizerem. A missão consiste em isolar estes novos desafios para constituírem uma nova ordem do dia, e, a seguir, arrancar dos crescentes recursos da Europa ocidental uma margem suficiente — malgrado as pressões da era de consumo em massa — para fazer-se o que pode e deve ser feito. Com certas exceções limitadas na corrida armamentista propriamente

dita, não há contribuição que os Estados Unidos possam e devam dar para o seu próprio porvir e o do mundo que a Grã-Bretanha e a Europa ocidental também não possam dar, pelo menos em escala proporcional.

A lição das etapas do desenvolvimento para os povos da Grã-Bretanha e da Europa ocidental é que seu destino continua em suas mãos como sempre esteve — ou, no mínimo, não menos que para os demais povos do planeta.

#### *Arrancos do Passado e do Presente*

O tema deste livro — e particularmente deste capítulo — até aqui tem presumido que é útil, assim como aproximadamente exato, encarar o processo desenvolvimentista atualmente em curso na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina, como análogo às etapas de condições e arranco de outras sociedades, no fim do século XVIII, no XIX e no início do XX. Chegou a hora de perguntar-se: será justa essa analogia? Ou, mais particularmente, quais são as semelhanças, quais as diferenças, e que consequências decorrem dessas diferenças?

#### SEMELHANÇAS

As semelhanças são bastante claras. Com relação aos setores, observamos muitos problemas e padrões conhecidos do passado. A maioria das nações atualmente subdesenvolvidas, na etapa das condições ou no início do arranco, tem de destinar grande parte de seus recursos à formação e à modernização dos três setores não-industriais necessários ao crescimento industrial: capital social fixo, agricultura e setores que atraem moeda estrangeira, endereçados ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Além disso, elas devem começar a encontrar áreas de processamento, ou manufatura, moderno em que a aplicação da moderna técnica (combinada com elevadas elasticidades-renda ou elasticidades-preço da procura) tenda a permitir índices de crescimento rápido, com uma taxa elevada de reinvestimento de lucros.

Muitas se vêem também enredadas nos problemas da formação do capital em geral, examinados no capítulo IV, em que se considerou a mecânica interna do arranco. Elas têm de procurar meios de introduzir no setor moderno níveis de renda acima do consumo, até então esterilizados pelos sistemas com que era controlada a agricultura tradicional. Têm de procurar transferir homens de empresas do comércio e da atividade bancária para a indústria. E, para esses fins, devem ser aplicados padrões de orientação fiscal, monetária e outras (inclusive educacionais), análogos aos criados e aplicados no passado.

Outrossim, os problemas não-econômicos dessas áreas se parecem muito com os de outrora. No plano da política, podemos observar uma gama de posições, referentes à modernização, que vão desde o mais ferrenho tradicionalismo até aquelas dispostas a abrir caminho para a modernização a todo custo, e essas posições colidem umas com as outras. Ademais, o problema do equilíbrio entre expressão interna e externa da ambição nacionalista está presente — de forma intensa — em quase todos os casos. Acima de tudo, há uma continuidade no papel do nacionalismo reativo, como populsor da modernização, vinculado efetivamente ou oposto a outros motivos para a remodelação da sociedade tradicionalista.

E, mais estritamente, o catálogo contemporâneo de transformações sociais necessárias é conhecido do historiador: como persuadir o camponês a modificar seus processos e passar a produzir para mercados maiores; como formar um quadro de técnicos, apto a manipular as novas técnicas; como criar um corpo de homens de empresa, voltados não para grandes margens de lucro nos níveis de produção e técnica existentes, mas para maior rendimento, num regime de mudança e obsolescência tecnológica sistemática; como estabelecer uma mentalidade profissional moderna no serviço público, tanto civil quanto militar, em que todos estejam satisfeitos com seus vencimentos e orientados para a prosperidade da nação e para os padrões de eficiência ao invés de para a concussão, o nepotismo, o bairrismo e o regionalismo estreitos.

## ALGUMAS DIFERENÇAS RELATIVAS

Contudo, há também algumas diferenças, entre as quais algumas tornam mais difícil contemporaneamente o avanço para o arranco e outras o tornam mais fácil que no passado.

A dificuldade mais profunda provém diretamente de um fato que proporciona igualmente a mais acentuada superioridade atual: qual seja, o das áreas atualmente subdesenvolvidas terem a seu dispor um enorme acervo acumulado de tecnologia, onde se inclui o da saúde pública. As técnicas modernas de medicina e higiene são extremamente eficazes para baixar rapidamente os índices de mortalidade, exigindo relativamente reduzido dispêndio de capital e defrontando-se com escassa resistência social e política. Assim, os índices de crescimento demográfico nas áreas atualmente subdesenvolvidas são maiores do que os geralmente obtidos na etapa de condições em outras épocas.

Historicamente, os índices de crescimento demográfico durante os decênios do arranco dum modo geral ficaram abaixo de 1,5% ao ano. Na França foi apenas de 0,5%; na Alemanha, Japão e Suécia, cerca de 1%; na Grã-Bretanha só se elevou até 1,4% nos dois decênios anteriores a 1820. Os Estados Unidos do século XIX (acima de 2,5%) e a Rússia anterior a 1914 (acima de 1,5%) são as grandes exceções; em ambos os casos, porém, esses índices apareceram em sociedades que estavam expandindo celeremente a área cultivada. Os índices anuais agregados para as principais regiões subdesenvolvidas do mundo contemporâneo são aproximadamente os seguintes: América Latina, 2,5%; Ásia Meridional, 1,5%; Oriente Médio, 2,3%; Extremo Oriente, 1,8%; África, 1,7%.

Esses índices mais elevados de crescimento demográfico impõem uma tensão e um desafio tanto em termos agregativos quanto em termos de ritmo da revolução tecnológica da agricultura. Globalmente, se considerarmos a razão capital-produto marginal como, digamos, 3, então uma quota adicional de 3% da renda nacional tem de ser investida simplesmente para contrabalançar o aumento adicional de 1% na população. Mas, dada a estrutura do consumo dessas áreas pobres, a tensão mais significativa vai depender do problema da disponibilidade de alimen-

tos, em que se exige uma difusão mais rápida das modernas técnicas agrícolas do que no passado, para que todo o processo de desenvolvimento não corra o risco de se ver frustrado.

Política e socialmente, os elevados índices de crescimento demográfico impõem exigências excessivas em outras direções, pois dão origem ao problema do desemprego crônico ou do desemprego parcial. O desemprego assume urgência especial, como problema de política, visto como a população dessas áreas, notadamente suas populações urbanas, vive em um ambiente de comunicações internacionais que faz suas frustrações, talvez, sentidas mais vigorosamente do que em situações comparáveis do passado. O hiato entre os níveis de consumo existentes e os possíveis — ou que como tal são considerados — é extremamente agudo, e está-se espalhando rapidamente a consciência desse hiato.

Por fim, a Guerra Fria, que constitui uma parte do cenário internacional do processo de transição, afeta o delineamento deste de várias maneiras. Por um lado, os entrecosques dos interesses de segurança comunistas e não-comunistas tendem a desviar a atenção, o talento e os recursos dos mistérios internos de desenvolvimento, em algumas dessas áreas, especialmente naquelas localizadas perto das fronteiras do bloco comunista. Por outro lado, as dimensões ideológicas da Guerra Fria realçam um sentido de opção referente às técnicas sociais e políticas apropriadas à modernização, suscitando em particular a questão de saber se deve ser seguido o método comunista. Mais do que isso, a existência do movimento comunista internacional, com seu objetivo declarado de assumir o controle das tarefas correntes de desenvolvimento e cria uma dimensão especial de um cisma, que custa muito caro ao esforço nacional.

## ALGUMAS VANTAGENS RELATIVAS

Todavia, as áreas atualmente em transição também desfrutam duas vantagens substanciais que não se achavam presentes, em grau igual, noutras épocas. Primeiramente, o acervo de tecnologia importante e ainda não aplicada é maior do que jamais o foi. Em segundo lugar, o auxílio internacional sob a forma de assistência técnica, empréstimos suaves ou subsídios — inclusive

grandes quantidades de alimentos e fibras excedentes — são um aspecto singular do panorama moderno. No passado, está claro, nações em transição podiam entrar nos mercados internacionais de capitais particulares a fim de lançar títulos, especialmente destinados à formação de capital social fixo, e não foi ignorado delas o artifício algo grosseiro de aliviar a pressão dos empréstimos pelo seu não-pagamento. Contudo, mudanças da estrutura dos mercados, associadas à instabilidade inerente à sua situação, até certo ponto diminuíram as correntes convencionais de capital privado para fins de formação de capital social fixo. A boa vontade dos governos das nações industrializadas para encarar empréstimos suaves e subsídios maiores constitui, portanto, uma compensação potencial para as conseqüências diversionistas e desagregadoras da Guerra Fria.

#### *Três Conseqüências Capitais para a Política*

Enquanto as dificuldades relativas enfrentadas pelas nações contemporaneamente em transição lhes estão causando apertos, as vantagens relativas estão sendo apenas exploradas indiferentemente. Especificamente, este balanço esquemático sugere três áreas gerais para ação combinada, a fim de que as nações em transição possam vencer as etapas de condições e arranco sem perderem a possibilidade de um desenvolvimento cada vez mais democrático, tanto social quanto político.

Inicialmente, as potencialidades da tecnologia conhecida capazes de elevar a produtividade da agricultura devem ser aplicadas de molde a se fazerem sentir mais deliberada e rapidamente do que agora. Conquanto, evidentemente, o mais breve possível declínio das taxas de natalidade facilitasse o processo de desenvolvimento, as potencialidades conhecidas de irrigação, fertilizantes químicos e sementes selecionadas são capazes de proporcionar durante certo tempo um aumento do consumo de alimentos *per capita*, mesmo em face dos índices presentes de crescimento demográfico. A limitação consiste sobretudo nos efetivos e na competência do quadro de técnicos capazes de e dispostos a irem para a zona rural demonstrar pacientemente as vantagens dos métodos mais recentes. O perigo para o nível do bem-estar

nas sociedades contemporâneas em transição não se acha em nenhuma tendência intrínseca para a aceleração do investimento a fim de coibir o consumo, pois os artifícios da produtividade agrícola são altamente produtivos e de efeitos rápidos; mas reside ele na lentidão dos líderes para enfrentarem diretamente o problema da produtividade agrícola e para organizarem os recursos humanos e materiais indispensáveis para acelerar a disseminação de técnicas bem conhecidas.

Em segundo lugar, as potencialidades de ajuda externa devem ser organizadas em base mais ampla e, especialmente, mais estável. Diante dos níveis atuais de crescimento demográfico e de formação do capital interno e da ajuda externa, um acréscimo da ordem de uns 4 bilhões de dólares anuais seria necessário como ajuda externa para colocar toda a Ásia, Oriente Médio, África e América Latina num crescimento regular, a um aumento anual da renda *per capita* de, digamos, 1,5%. Em muitas áreas, o processo das condições ainda não está suficientemente adiantado para permitir que o capital externo seja produtivamente absorvido na escala implícita nesta estimativa global.<sup>4</sup> Os dados realistas para maior ajuda internacional são mais baixos. O que está claro é que o nível atual de assistência externa é bastante inadequado à tarefa de ultrapassar o índice de crescimento demográfico em muitas regiões-chave onde o capital poderia ser absorvido produtivamente. Ainda mais importante, todavia, que a questão do aumento da escala é a da continuidade da ajuda. A análise da marcha das condições feita no capítulo III salientou a importância essencial da decisão política dentro de uma sociedade em transição a fim de concentrar alta proporção de energia, aptidões e recursos no desenvolvimento interno, em vez de em manifestações nacionalistas. Se os chefes políticos locais quiserem dedicar-se a essa linha de ação, terão de fazê-lo com a máxima confiança de que depois de seu limite de poder político (digamos, 5 anos) será mantido um nível razoável de ajuda. A própria capacidade de absorção é, em grande parte, um produto da extensão com que os governos mobilizam seus próprios recursos em relação ao problema do desenvolvimento. Assim, o volume

<sup>4</sup> Para os cálculos e hipóteses de que decorre esta estimativa, ver M. F. Millikan e W. W. Rostow, *A Proposal* (Nova York, 1957).